

As águas de abril

Pedro S. Malan

Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio.

Para o filósofo, as águas não são as mesmas e as pessoas também mudam com o passar do tempo.

Para o poeta, nossas próprias vidas são rios, que vão dar no vasto oceano que é a morte.

Metáforas sobre rio/vida, mar/morte e tempo/água fluindo no meio da noite são recorrentes na literatura universal.

O rio – caudaloso – da vida do papa João Paulo II esvaiu-se no mar aberto de sua morte e o fato emocionou milhões pelo mundo afora.

Afinal, aquele rio, como diria Guimarães Rosa, tinha sua “terceira margem” – que nunca deixará de existir: a necessidade que o animal humano tem de acreditar em algo que pareça conferir algum sentido à sua precária existência individual e à sua vida em sociedade.

Eduardo Giannetti, em seu magnífico Auto-Engano, escreve sobre a “hipnose da boa causa” e, em particular, sobre a “força do acreditar como critério da verdade”, mostrando sua importância fundamental para o mundo da política – e da propaganda política, talvez a segunda mais antiga das profissões.

E que assume extraordinário relevo em midiáticas sociedades de massa neste início do século 21.

Como no Brasil de 2005.

Estamos em abril e, no governo e em seu partido, corações, mentes e nervos parecem estar concentrados em preparativos de toda ordem para as eleições de outubro de 2006.

Antes das quais muitas águas ainda vão rolar.

É parte integrante deste jogo de propaganda política a tentativa de associar o que não se quer a outros, responsabilizando-os (por ações ou omissões) pela existência dos males do mundo real.

E procurando vender-se ou autoproclamar-se como os verdadeiros detentores do monopólio das “preocupações com o social”, com “a ética na política”, com um “superior modo de governar”, com a “seriedade no trato da coisa pública”, com coisas que “nunca-jamais-foram-pensadas-ditas-ou-feitas-na-História-deste-país”, e assim por diante.

Como se fosse possível a um grupamento político apropriar-se do “bem” por delegação autoconferida e com este ter contrato de exclusividade, atribuindo aos demais grupamentos políticos a persistência dos aspectos indesejáveis do mundo real.

A propósito, A Mistificação das Massas pela Propaganda Política é um interessante livro de Serge Tchakhotine, traduzido para o português por Miguel Arraes e editado pela Civilização Brasileira em 1967.

A obra é dedicada a Pavlov e a H. G. Wells, genial pensador do futuro.

Para Wells, citado em epígrafe, este futuro “deveria ser, em primeiro lugar, necessariamente, a obra de uma ordem de homens e mulheres, animados de espírito

combativo, religiosamente devotados, que se esforçarão para estabelecer, e impor, uma nova forma de vida à raça humana”.

Esta citação é de 1933, a primeira edição do livro é de 1939 e a segunda, base de tradução de Arraes, é de 1952.

Ora, direis, para que ouvir e ler velharias, há muito ultrapassadas? Afinal, estamos em abril de 2005.

O fato é que este espaço não seria suficiente para listar as experiências ou tentativas (nacionais, regionais ou mesmo de pretensões globais) que se propuseram a estabelecer e/ou impor novas ordens políticas, sociais e econômicas às suas populações ou mesmo à “raça humana”, inclusive na vigência daquilo que foi denominado o curto (Hobsbawm) e difícil (João Paulo II) século 20.

Não há nenhum perigo de autoritárias “imposições de uma nova ordem” em democracias consolidadas, como é hoje o caso do Brasil.

Os riscos e incertezas que pairam sobre nós são de outra natureza.

Têm mais que ver com o grau de identificação, por parte da opinião pública, da natureza dos reais desafios a enfrentar para que possamos avançar mais na construção de uma sociedade que combine liberdades individuais, justiça social e eficiência tanto no setor privado quanto no setor público.

Não é fácil fazer este debate avançar em termos de maior qualidade e melhor entendimento.

Mas o Brasil tem feito progressos nesta área, porque conta com homens e mulheres dispostos não a estabelecer ou impor “novas ordens”, mas a tentar persuadir, convencer e argumentar com idéias que respeitem os fatos, as pessoas, a lógica, o estágio de conhecimento que já alcançamos e as lições da experiência nossa e do resto do mundo.

Neste segundo fim de semana de abril, por exemplo, segundo registros de imprensa, o PT fará realizar encontro de seu chamado “campo majoritário” – cuja chapa venceu suas últimas eleições internas, em setembro de 2000, com 51,6% dos votos – para avançar no processo de “aggiornamento” do partido, a ser sacramentado, espera-se, nas eleições internas de setembro deste ano.

Ficou claro, no intenso processo de aprendizado dos últimos dois anos e meio, que uma coisa é chegar ao poder; outra, e muito distinta, é governar no dia-a-dia, que exige muito mais o gradualismo reformista que a promessa e a geração de expectativas de dramáticas rupturas.

Creio que o debate público neste ano e meio que falta para as eleições de 2006 poderia ser tão mais produtivo quanto mais conseguíssemos avançar em três aspectos.

Primeiro, focalizar as discussões não sobre vãos, generosos e puramente retóricos discursos sobre desejáveis objetivos a alcançar, mas sobre os meios específicos mais efetivos para alcançá-los.

E, particularmente, sobre as questões de gestão administrativa envolvidas, comparando diferentes experiências concretas.

Afinal, já temos quase dois anos e meio de experiências a serem avaliadas.

Serão três e meio na reta final.

Segundo, trazer para o debate a questão das distâncias entre o discurso e a prática, entre as promessas de campanha e as efetivas realizações do governo, entre as decisões que tiveram de ser tomadas no calor da hora, com as incertezas e dúvidas do momento, e os fáceis exercícios de sabedoria ex-post, aos quais muitos se dedicam, esquecendo que houve um momento em que aquilo que hoje é passado e, portanto, conhecido se encontrava em incerto e desconhecido futuro.

Por último, a qualidade e a ética do debate só teriam a ganhar se conseguíssemos diminuir ao máximo as lamentáveis tentativas de reduzir a escombros reputações alheias, para procurar erigir sobre esses mesmos escombros as suas próprias reputações de “seriedade”.

Como diria Joaquim Ferreira dos Santos, estão faltando “humildificadores” em meio a estas turbulentas águas de abril de 2005.

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC.

E-mail: malan@estadao.com.br